



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

HERMINEGILDA
LEITE
MACHADO
03/10/2024 16:36

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO
DE CATOLÉ DO ROCHA**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Mato Grosso, Paulista, Pombal, Riacho dos Cavalos, Santa Cruz, São Bentinho, São Bento, Sao Domingos, Sao Francisco, Sao Jose do Brejo do Cruz
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/6/1992
Data de instalação	6 de maio de 1993
Data da última correição	15 de março de 2023
Período de correicionado	1º/3/2023 a 31/8/2024

Aos 24 de setembro de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Catolé do Rocha, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 030/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pelo Juiz titular, Marcello Wanderley Maia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Paiva, pela Diretora de Secretaria, Rafaela Nogueira Trajano e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2023 a 31/8/2024 (18 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Marcello Wanderley Maia Paiva	Ato TRT SGP nº 078/2023 - 2/6/22023

A Corregedoria registra que a então Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob atuou na Unidade correicionada até o dia 1º de junho de 2023 (Ato TRT SGP nº 077/2023), quando foi removida para a Vara do Trabalho de Guarabira.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, tanto em relação ao Juiz titular, a então Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob e aos magistrados que estiveram atuando na Vara durante o período correcional.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Catolé do Rocha conta, atualmente, com **8** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alvino Carneiro de A. Junior	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	1º/4/2024
Elias de Oliveira Mendes	Analista Judiciário	28/8/2023
Flavio Ferreira Cavalcante	Técnico Judiciário	18/12/2012
Marcones Carvalho Sousa	Técnico Judiciário – Calculista	1º/7/2023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Maria das Dores F. Alves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/5/1995
Rafaela Nogueira Trajano	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	8/6/2023
Sarah Raquel Alves T. Clerton	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	21/8/2023
Segisnaldo Lopes de Oliveira	Analista Judiciário Ofic Justiça A. Federal	5/4/2010

De acordo com informações fornecidas pela Diretora de Secretaria, a Unidade adota o sistema de divisão de tarefas por faixa processual apenas nos processos em fase de execução. Na fase de conhecimento, os servidores são designados para a realização de diversas atividades. Destacou que, embora os servidores tenham autonomia para realizar pesquisas no Sistema WIKI-VT, essa utilização ocorre de forma esporádica. Por fim, relatou que a Vara implementa boas práticas, como a divisão de tarefas e a promoção de um bom relacionamento entre os servidores e a gestora, visando o funcionamento de uma justiça mais ágil.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão e Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha contabilizava, em 31/8/2024, um acervo processual de 394 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	143
Fase de Liquidação	46
Fase de execução	201
Cartas precatórias e de ordem	4
TOTAL	394

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	343	219
Casos novos recebidos por redistribuição	19	8

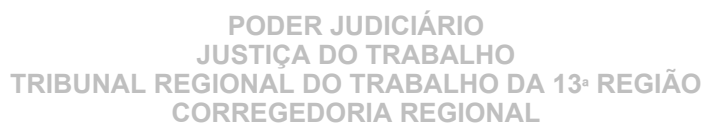


Gráfico de barras comparando o número de casos novos recebidos por distribuição (azul) e por redistribuição (laranja) em 2023 e 2024 (até 31/8).

Ano	Casos novos recebidos por distribuição	Casos novos recebidos por redistribuição
2023	345	20
2024 até 31/8	220	10

Sentenças anuladas
0000285-88.2022.5.13.0016
0000195-46.2023.5.13.0016
0000076-51.2024.5.13.0016
Sentença reformada
0000276-68.2018.5.13.0016

Conhecimento - Casos Novos: 527 - Baixados: 644

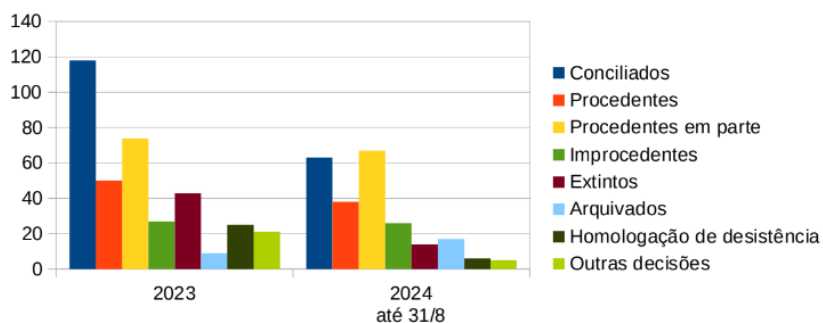
Tempo	Casos Novos	Audiências	Soluções	Baixados
1	28	20	50	20
2	20	20	60	20
3	28	82	80	20
4	36	20	40	36
5	43	42	59	43
6	21	21	36	21
7	31	48	34	31
8	29	27	29	29
9	19	19	64	19
10	32	45	42	32
11	21	21	42	21
12	25	41	25	25
13	21	35	21	21
14	32	25	32	32
15	19	40	19	19

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2023	2024 até 31/8
Conciliados	118	63
Procedentes	50	38
Procedentes em parte	74	67
Improcedentes	27	26
Extintos	43	14
Arquivados	9	17
Homologação de desistência	25	6
Outras decisões	21	5
TOTAL	367	236



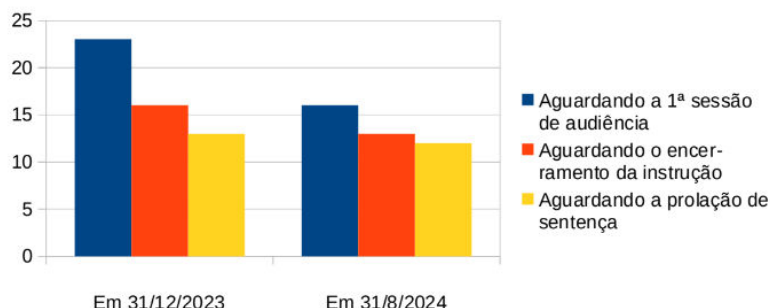
2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/8/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	23	16
Aguardando o encerramento da instrução	16	13
Aguardando a prolação de sentença	13	12
TOTAL	52	41



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/8	Variação (%)
Fase de conhecimento	167	143	-14,37%
Fase de liquidação	51	46	-9,80%
Fase de execução	165	201	21,82%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	-	2	1	-	-
Conciliação em conhecimento	1	-	-	1	-
Conciliação em Execução	-	4	6	9	-
Una	21	85	228	88	11
Instrução	1	3	7	5	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações fornecidas pela Diretora de Secretaria, a Unidade sob correição, realiza audiência habitualmente às quartas-feiras e, sem prejuízo de pauta, às quintas-feiras, quando houver processos hábeis para audiência.

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	45	31
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	32	21
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	74	46
Da conclusão à prolação da sentença	13	16
Do ajuizamento até a prolação da sentença	79	60

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	63	46
	Baixados	52	54
	Pendentes	11	3
Tutela Provisórias	Recebidos	25	34
	Apreciadas	25	32
	Pendentes	-	-
Liquidação/ Execução	Recebidos	7	24
	Baixados	6	21
	Pendentes	1	-

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2023 a 31/8/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	243	228	11
Recurso adesivo	6	6	-
Agravo de petição	32	19	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	281	253	11
-------	-----	-----	----

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO

(Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **79** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **95** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **87** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8** é de **57** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **70** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **63** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **79** dias, para o ano base de **2023** e de **60** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de agosto**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **330** dias, e de **439** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de agosto**.

8. FASE DE EXECUÇÃO

(Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2023	2024 até 31/8
Execuções pendentes do exercício anterior	102	181
Execuções iniciadas	237	180
Desarquivados	31	16
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial		-
Execuções encerradas	197	163
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	12	6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (março/23 a agosto/2024).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/8
Acordo	PJe	R\$ 2.238.295,81	R\$ 1.437.454,19
Espontâneo	PJe	R\$ 285.053,32	R\$ 195.845,01
Execução	PJe	R\$ 1.373.953,76	R\$ 1.591.074,21
TOTAL		R\$ 3.897.302,89	R\$ 3.224.373,41

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/8
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 55.218,42	R\$ 69.893,29
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 659.052,30	R\$ 693.138,16
Imposto de renda	PJe	R\$ 17.038,07	R\$ 19.233,70
TOTAL		R\$ 731.308,79	R\$ 782.265,15

10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correicionado - 1º de março de 2023 a 31 de agosto de 2024 -, foram realizadas, no sistema PJe, **453** diligências por 01 oficial de justiça avaliador federal e por 5 servidores da Unidade correicionada. Segundo informações prestadas pelo Diretor de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática. O relatório de produtividade é encaminhado à Diretora de Secretaria para análise e registro no sistema.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/3/2023 a 31/8/2024)			
Oficiais de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes sem atraso - 23/9/2024
Alvino Carneiro de Andrade Júnior	1	-	-
José Teixeira de Carvalho Neto	16	16	-
Luiz Fernando Alves Oliveira	24	34	-
Rafaela Nogueira Trajano	1	-	-
Sarah Raquel Alves Torquato Clerton	8	15	-
Segisnaldo Lopes de Oliveira	403	395	-

Fonte: PJe

11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2023 a 31/8/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	476
INFOJUD	PJe	39
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	141
RENAJUD	PJe	146
BNDT	Pendentes (PJe)	11
	Incluídos (PJe)	55



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	100,88%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	93,74%
Unidade Correicionada	97,43%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **219** casos novos (por distribuição) e **227** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 97,43%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,38% da Meta
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,12% da Meta 2
	99,62% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 40%**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	97,76% da Meta 3
	39,11% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 38%**

Unidades de primeiro grau do TRT	111,43% da Meta 3
	41,642% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	99,07% da Meta 3
	37,02% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	221,88%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	81,53%
Unidade Correicionada	128,27%

Indicadores

Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2024-01	7	6	127	49	94,78	89,09	93,12
2024-02	64	17	90	51	55,90	68,92	60,00
2024-03	54	24	53	51	29,78	52,04	37,68
2024-04	33	21	50	54	24,04	44,26	31,52
2024-05	16	20	72	58	29,27	39,73	33,16
2024-06	21	10	65	62	25,00	38,75	30,24
2024-07	32	32	69	54	23,31	29,35	25,62
2024-08	33	26	59	55	18,50	26,07	21,51

JUÍZES

13. Afastamento de Jurisdição



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA - junho/23 a agosto/24			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	11/6/2023 a 30/6/2023	20
Férias	SAOAdm	13/10/2023 a 1º/11/2023	20
Férias	SAOAdm	29/2/2024 a 19/3/2024	20
Outros	SAOAdm	10/5/2024 a 6/8/2024	28

ANA CLÁUDIA MAGALHÃE JACOB - março a junho de 2023			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Licença saúde	SAOAdm	13/3/2023 a 11/4/2023	30
Licença saúde	SAOAdm	20/4/2023 a 1º/6/2023	43

13.1 Audiências realizadas (1º/3/2023 a 31/8/2024) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Enc. Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Marcello Wanderley Maia Paiva - junho/23 a ago/24	297	10	-	1	-	30	338
Ana Claudia M. Jacob - março a junho/23	17	-	1	-	-	-	18
Alisson Almeida de Lucena	5	-	-	1	-	-	6
Mariana Petit H. de Brito	73	3	-	-	15	7	98
Francisco Xavier de A. Filho	3	-	-	-	1	3	7

13.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Marcello W. Maia Paiva - junho/23 a ago/24	85	45	12	142
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	-	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	8	8	8	24
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	-	1	1
Ana Claudia M. Jacob março a junho/23	6	-	1	7
Alexandre Roque Pinto	-	1	-	1
Francisco Xavier de A. Filho	1	-	4	5
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	1	1
Alisson Almeida de Lucena	2	-	-	2

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	10	-	1	-	-	1	-	-	12
Ana Claudia Magalhaes Jacob março a junho/23	22	11	8	4	4	5	7	7	68
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marcello W. Maia Paiva junho/23 a ago/24	102	59	113	32	4	18	32	41	401
Mariana Petit Horácio de Brito	25	18	17	13	2	1	-	2	78
Francisco Xavier de A. Filho	3	-	1	-	-	-	-	1	5

No período compreendido de junho de 2023 a agosto de 2024, o Juiz titular laborou 328 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

processo/dia e julgou 879 processos quando esteve convocado para substituir os Desembargadores no Tribunal . A então Juíza titular, no período de março a junho de 2023, laborou 58 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,17 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	274
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	230
Homologação da Transação Extrajudicial	33
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	8
Consignação em Pagamento	8
Embargos de Terceiro Cível	5
Petição	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Ação de Cumprimento	1
Mandado de Segurança Cível	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	Sentenças Ilíquidas	%
Marcello Wanderley Maia Paiva junho/23 a ago/2	161	12	93,06%
Ana Claudia Magalhaes Jacob março a junho/23	18	2	90%
Mariana Petit Horácio de Brito	32	3	91,42%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Dias
-------------	------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Alisson Almeida de Lucena	12
Ana Claudia Magalhaes Jacob	68
Ana Paula de Carvalho Scolari	1
Francisco Xavier de A. Filho	5
Marcello Wanderley Maia Paiva	401
Mariana Petit Horácio de Brito	78

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 15 dias

Magistrados	Dias
Marcello Wanderley Maia Paiva	14
Mariana Petit Horácio de Brito	17
Ana Claudia Magalhaes Jacob	20
Alisson Almeida de Lucena	21
Francisco Xavier de A. Filho	20

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório, no mês de outubro, tendo o Juiz titular enviado resposta em 23 de novembro de 2023, destacando que a Unidade tem se empenhado ao máximo para atender à Meta 1 do CNJ. Em relação ao tempo médio de duração dos processos, está realizando o acompanhamento diário dos relatórios disponíveis nos sistemas Hórus e SAOPJe, com o objetivo de identificar os processos paralisados. Quanto aos processos pendentes de baixa, a Unidade obteve resultados satisfatórios em 2023, buscando reduzir o número de processos, com ênfase especial na fase de execução. Os servidores estão sendo orientados a lançar os pagamentos realizados, inclusive em acordos, sob supervisão do Juiz titular e da Diretora de Secretaria. Em relação às sentenças líquidas, o juízo está concentrando esforços para aumentar sua quantidade, alcançando um percentual satisfatório de 94,29% nos cinco meses de atuação na Vara sob



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

correição. Quanto ao painel global do PJe, as providências necessárias para regularizar as pendências nas tarefas de "cumprimento de providência" serão tomadas, incluindo a distribuição de relatórios aos servidores sobre processos paralisados e prazos para realização das providências. A Diretora está corrigindo os processos pendentes de BNDT, enquanto o magistrado analisa diariamente o SISBAJUD, resolvendo as ordens de bloqueio pendentes de transferência.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2023 e agosto de 2024 - 18 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 3.446,40
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 84.834,66
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 11.048,59
Pagamento contribuições previdenciárias	R\$ 7.366,96
Recolhimento de custas processuais	R\$ 171,26
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 894,95
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 3.559,74
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	1.129,38
Valor transferido para processo da Justiça Comum	R\$ 1.129,38
Total	R\$ 113.581,32



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aqui, merece destaque, a atuação do Juiz Marcello Wanderley Maia Paiva, atual Gestor do Projeto Garimpo neste Regional, com atuação reconhecida nacionalmente, onde recentemente foi agraciado com prêmio no 1º Fórum Nacional do Projeto Garimpo, classificando o TRT13 como 2º Lugar dentre os Tribunais do Trabalho de pequeno porte, em arrecadação na Força de Trabalho GRIMPA.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no ano base 2023, o Juiz titular, Marcello Wanderley Maia Paiva, não participou de cursos voltados para conciliação, mediação e efetividade da execução. Registra-se sua presença em curso de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Constata-se a participação da então Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, em curso de formação continuada, com a duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado pelo artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Além disso, participou também de curso voltado para conciliação e mediação na Justiça do Trabalho.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
MARCELLO W. MAIA PAIVA	O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/fev - 3 h/a - EJUD13 Webinário Prevjud explicado: agilidade e efetividade aos processos previdenciários Fluxo e Análise dos Recursos pré-remessa à instância superior (PJe x e-Gestão) - PROAD 1739/2023 - 24/MARÇO - 2 h/a Discriminação Racial e Gênero - Raça e Gênero no sistema de Justiça - Julgamento com perspectiva de gênero - PROAD 1489/2023 - 28/março - 2,5 h/a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	CFC sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/07 a 23/ago/23 - 30h/a - P8934.23 Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a
ANA CLÁUDIA M. JACOB	Reciclagem dos Conciliadores: Conciliar e Mediar na Justiça do Trabalho (autoinstrucional) PROAD 1787/2023 - 6/março a 24/abril - 40 h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ELIAS DE OLIVEIRA	SCRUM NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO (TURMA SET/2023) /ENAP TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 2/2023 - REEDIÇÃO (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO MODELO DAS TRÊS LINHAS E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO / CSJT - CEDUC - JT LEI 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA OUT/2023) ENAP GOVERNANÇA DE DADOS (TURMA OUT/2023) / ENAP GESTÃO POR COMPETÊNCIAS (TURMA OUT/2023) /ENAP GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE (TURMA SET/2023) /ENAP FUNPRESP - A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (TURMA SET/2023) /ENAP ESTILOS DE APRENDIZAGEM (TURMA NOV/2023) /ENAP ELABORAÇÃO DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (TURMA OUT/2023 /ENAP EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (TURMA OUT/2023) / ENAP CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO (TURMA SET/2023) /ENAP CONTROLE EM 5 DIMENSÕES (TURMA NOV/2023) / ENAP
MARCONES CARVALHO SOUSA	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL
MARIA DAS DORES F. A. DE LIMA	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RAFAELA NOGUEIRA TRAJANO	TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD13 EM PARCERIA COM A CSAUDE TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANY TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL. TRT - SUSTENTABILIDADE, PREVENÇÃO DE INCÊNDIO E DE ACIDENTE NO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
SARAH RAQUEL A. T. CLERTON	TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO SUPRIMENTO DE FUNDOS E CARTÃO DE PAGAMENTO (TURMA SET/2023) /ENAP ANÁLISE DE PERÍCIAS MÉDICAS - MODALIDADE TELEPRESENCIAL /TRT DA 5ª REGIÃO
SEGISNALDO L. DE OLIVEIRA	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) /ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **44** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do **Ato TRT13 SCR nº 110/2023**, havendo a prolação de **3** despachos correicionais no PJe.

21. RECOMENDAÇÕES

21.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de dar preferência à inclusão em pautas de conciliação do que conclusão para sentença/decisão, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes (0000342-72.2023.5.13.0016) ou quando for requerido o parcelamento da execução (0000226-66.2023.5.13.0016), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

a movimentação de sobrestamento, evitando, ainda, a necessidade de atualização pela contadoria a cada pagamento de parcela;

c) atentar para os registros no AUDI quando homologada a transação, de forma a refletir com precisão os termos do acordo na movimentação da “timeline”, principalmente no que diz respeito aos valores e dispensa ou não das custas processuais (0000328-88.2023.5.13.0016 e 0000174-36.2024.5.13.0016);

d) orientar a equipe a proceder ao cadastro das parcelas dos acordos homologados pelo juízo (ex: 0000224-62.2024.5.13.0016), inclusive no que diz respeito às custas processuais e verbas previdenciárias, a fim de facilitar o acompanhamento dos pagamentos efetuados no “Controle de Acordo”, atentando, ainda, para o correto registro, evitando-se a duplicidade de pagamento, como ocorrido no processo 0000068-74.2024.5.13.0016;

e) nos casos de homologação de acordo na fase de conhecimento, o processo deverá ser movimentado à fase seguinte e enviar o processo para a tarefa “Controle de acordo”, com o cadastro das parcelas acordadas em juízo, quando, automaticamente, será inserida a movimentação processual “Suspensão do processo por homologação de acordo ou transação”, evitando-se o sobrestamento dos autos, como ocorrido no processo 0000101-64.2024.5.13.0016;

f) observar as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR n.º 007/2022, destacando-se que o sobrestamento dos autos deve ser evitado quando em curso algum prazo concedido às partes, de forma a refletir com precisão o trabalho das unidades judiciárias;

g) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva com observância para o registro do lançamento específico no PJe;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- h) observar com mais atenção os atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional, evitando a constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem determinação expressa do magistrado, atentando, ainda, para a devida conclusão para decisão específica no PJe (ex: 0000181-28.2024.5.13.0016 e 0000185-65.2024.5.13.0016);
- i) adotar a praxe de selecionar o “tipo de documento” disponibilizado no PJe ao anexar as pesquisas realizadas nas ferramentas eletrônicas utilizadas pelo juízo;
- j) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa ao 2º grau (0000096-42.2024.5.13.0016), devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores (0000232-73.2023.5.13.0016), nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0000080-25.2023.5.13.0016;
- k) quando da expedição de ofício precatório e RPV, observar o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314/2021 do CSJT, para que sejam elaborados individualmente por beneficiário, o que não ocorreu no 0000276-92.2023.5.13.0016, atentando, ainda, para o lançamento do registro do prazo no sistema GPREC, evitando o ocorrido no processo 0000269-03.2023.5.13.0016;
- l) proceder à imediata revisão dos processos em execução contra a fazenda pública a fim de uniformizar os procedimentos da unidade judiciária, evitando a expedição de RPV para pagamento de contribuição previdenciária quando já apresentado, pela parte executada, o recolhimento da referida verba, a fim de evitar pagamento/recolhimento em duplicidade pelo órgão público (0000086-32.2023.5.13.0016, 0000269-03.2023.5.13.0016);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- m) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado;
- n) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;
- o) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (100,88%), 2 (107,38%) e 5/2023 do CNJ (221,88%), momento em que parabeniza a equipe pelo comprometimento e operosidade na busca de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Destaca-se, também, a redução do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, que passou de 79 dias em 2023, para 60 dias, relativo a este ano de 2024, até 31 de agosto.

Observa-se que a Meta 3/2023 estabelecida pelo CNJ não foi alcançada, registrando um índice de 97,76%. No atual exercício, de janeiro a agosto, o índice já vem apresentando uma melhoria, alcançando 99,07%. Diante disso,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

recomenda-se enfaticamente à equipe que redobre os esforços para alcançar essa meta até o final deste ano.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação do magistrado e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, em conformidade com o Ato TRT13 SCR Nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO		
0000052-23.2024.5.13.0016	0000007-19.2024.5.13.0016	0000139-76.2024.5.13.0016
0000143-16.2024.5.13.0016	0000244-53.2024.5.13.0016	0000342-72.2023.5.13.0016
0000160-52.2024.5.13.0016	0000345-27.2023.5.13.0016	0000226-66.2023.5.13.0016
0000227-17.2024.5.13.0016	0000112-93.2024.5.13.0016	0000110-26.2024.5.13.0016
0000082-58.2024.5.13.0016	0000162-22.2024.5.13.0016	0000230-69.2024.5.13.0016
0000008-04.2024.5.13.0016	0000234-09.2024.5.13.0016	0000219-40.2024.5.13.0016
0000126-77.2024.5.13.0016	0000232-73.2023.5.13.0016	0000228-02.2024.5.13.0016
0000293-31.2023.5.13.0016	0000233-58.2023.5.13.0016	

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA		
0000324-51.2023.5.13.0016	0000174-36.2024.5.13.0016	0000096-42.2024.5.13.0016
0000328-88.2023.5.13.0016	0000320-14.2023.5.13.0016	0000081-73.2024.5.13.0016
0000204-71.2024.5.13.0016	0000240-50.2023.5.13.0016	0000181-28.2024.5.13.0016
0000068-74.2024.5.13.0016	0000055-75.2024.5.13.0016	0000185-65.2024.5.13.0016
0000224-62.2024.5.13.0016	0000272-55.2023.5.13.0016	0000158-82.2024.5.13.0016

DESPACHOS CORREICIONAIS
0000236-13.2023.5.13.0016
0000085-47.2023.5.13.0016
0000269-03.2023.5.13.0016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
